

A IMPORTÂNCIA DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA FORMAÇÃO POLÍTICA DO POVO MORRUENSE.

Katyanne Rocha da Silva
Luís Eduardo Moraes de Albuquerque

“A História do Brasil só estará realmente escrita depois que se escrever a história dos vários estados e regiões que compõem o País”.

Capistrano de Abreu

Introdução

Neste trabalho faremos um breve relato contando em que contexto político e religioso as Comunidades Eclesiais de Bases surgiram na América Latina. Trataremos ainda da importância dessas comunidades na organização de uma frente política de oposição à Oligarquia Lopes em Morros-MA, para isso utilizamos o livro Morros: história e memória de um povo, de autoria do professor e escritor morruense Rogério Rocha. Neste livro ele traça em linhas gerais os aspectos geográficos, humanos, econômicos, políticos, administrativos e religiosos do município de Morros-MA.

As comunidades eclesiais de base surgiram no Brasil na década de 60, em meio a uma série de acontecimentos que culminaram em grandes transformações no seio da Igreja Católica. A partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), que foi de caráter eminentemente pastoral, ou seja, mudou as diretrizes dogmáticas dessa instituição, onde o leigo passou a ser o protagonista da ação evangelizadora, da qual ele estava inserido, como alvo principal. As CEBs no Brasil surgiram no seio da Instituição Eclesial, como sendo a mais correta decisão pastoral, para acolher o novo homem que surgia como fruto das inquietações vividas naquele período. Esse novo cenário em que o leigo passou a ocupar um papel de destaque na evangelização teve como consequência uma participação mais efetiva do povo, e assim nasceu um novo jeito de ser Igreja, baseado na vivência comunitária.

O Concílio Vaticano II, eminentemente pastoral, provocou um grande impacto na Igreja. Suas grandes ideias-chaves trouxeram a

fundamentação teológica para a intuição, já sentida na prática, de que a renovação pastoral deve se fazer a partir da renovação da vida comunitária e de que a comunidade deve se tornar instrumento de evangelização. (CNBB, 1986, P.08)

As CEBs passaram a ser este espaço de evangelização de massa, e se propagaram por toda América Latina, pois a proximidade geográfica e a realidade econômica, política e social dessas comunidades, sob a luz do Evangelho, se tornaram a matéria essencial para a nova ação evangelista da Igreja. Assim buscou-se uma ação pastoral, que baseada na experiência comunitária, teria como fruto um reavivamento da fé, da esperança e da caridade nessas comunidades, como a orientação para transformá-las no espaço de vivência da presença do Cristo ressuscitado. *“Os membros dessas comunidades, “vivendo conforme a vocação a que foram chamados, exerçam as funções que Deus lhes confiou, sacerdotal, profética e real”, e façam assim da comunidade, “um sinal de presença de Deus no mundo”271”*. (CELAM, 2004, p. 208)

Desta forma, essas comunidades cristãs de base passaram a ser o local de descoberta e exercício do ministério, a que cada cristão é chamado. Uma característica marcante, e primordial nessas comunidades é a existência do líder ou dirigente, como a pessoa responsável por suscitar nos demais membros o desejo de transformação da própria realidade, como uma maneira de servir a Deus.

As comunidades Eclesiais de Base figuram como sendo a materialização da opção preferencial pelos pobres, na Igreja da América Latina, a partir de Medellín e Puebla. Algo somente possível após o Concílio Vaticano II (1962-1965), que trouxe o leigo para o centro das discussões sobre o seu próprio processo e evangelização.

Perante tal situação, a Igreja, particularmente por ocasião das Conferências episcopais de Medellín e Puebla, tem explicitado nitidamente seu compromisso em favor de empobrecidos e oprimidos, denunciando a pobreza humana como carência injusta dos bens necessários à subsistência, anunciando a pobreza evangélica como ideal cristão e optando voluntariamente em favor dos indigentes, como expressão do testemunho cristão. Para realizar esta opção preferencial pelos mais pobres, a comunidade eclesial achou inspiração no plano salvífico de divino, revelado por Jesus, que teve nos pobres os primeiros destinatários da própria missão (*Lumen gentium*, n. 8). (PASTOR S.J, 1994, p. 276).

Desde a década de 1960, que as comunidades eclesiais de bases se espalharam pela América Latina, e a partir de 1979 começou em Morros um movimento de organização pastoral da Paróquia Nossa Senhora Aparecida do Munim, que conduzido pelo Padre Luigi Muraro, onde o mesmo contou com o auxílio das Irmãs Capuchinhas, entre as quais se destacam Irmã Rita, Irmã Arlete, Irmã Dídia e Irmã Lourdes. Esse movimento foi o embrião para a criação e fortalecimento das CEBs em Morros.

As CEBs em Morros, um novo jeito de ser Igreja e fazer política.

No final da década de 1970, o Brasil vivia sob uma forte tensão política, devido à grande mobilização popular em prol da redemocratização do País e do forte endurecimento da postura militar a partir do AI-5 até 1973, o que só mudaria no começo da década de 80. Como na maior parte do país Morros parecia não ver o que acontecia no cenário nacional, pois a passividade popular, decorrente da carência de informações e da forte opressão política imposta pela Oligarquia Lopes, que dominou a política local desde o assassinato de Manoel Pires Ferreira em 1908, até 1988 quando Santana foi eleito prefeito de Morros-MA. Neste período de 80 anos, o poder da família Lopes foi interrompido pelos mandatos de Antonio Justiniano de Moraes (1956-1961) e Clodomir Fernandes de Araújo (1970-1973), ambos eleitos pelo grupo de oposição liderado pelo Monsenhor Bacellar. Durante esse período de em que a Oligarquia Lopes dominou a política local, quase em sua totalidade, instalou-se um quadro de submissão político-social, onde os mais afetados pelas decisões unilaterais do poder local eram justamente os trabalhadores rurais.

A posse indevida da terra facilitava a manipulação do povo e tornava-se moeda de troca e garantia do poder político, através da prática da grilagem, da compra de votos, dos cargos comissionados e assim por diante. A partir de 1979 com o auxílio das Irmãs Capuchinhas, o Padre Luigi Muraro começou a fomentar a formação das Comunidades Eclesiais de Base, partindo de um trabalho pastoral inicialmente modesto, mas que através dos cursos bíblicos, da catequese e das assembleias paroquiais, estas comunidades foram se modelando. A Ordem das Irmãs Capuchinhas vivem uma espiritualidade franciscana, baseada na fraternidade e na vida comunitária, até a década de 1970 o trabalho das Irmãs Capuchinhas em Morros era voltado apenas para a educação, principalmente de moças, onde o Patronato, prédio que faz parte do patrimônio arquitetônico de Morros servia alojamento para dezenas dessas jovens da região do baixo Munim, que estudavam na

Escola Normal Rural de Morros, essa fraternidade era conduzida pela Irmã Cândida Bacellar, irmã do Monsenhor Bacellar. Após o ano de 1979, houve uma distorção do foco educação institucional no trabalho das irmãs Capuchinhas em Morros passando para um trabalho mais missionário junto ao povo, principalmente da zona rural deste município. Essa mudança de atitude propiciou o ambiente favorável para a edificação das CEBs em Morros.

Assim floresceu o trabalho missionário e o aparecimento das Comunidades Eclesiais de Bases, mesmo estando no começo da organização. Luis Muraro afirma que “*para isso, já havia uma boa reflexão sobre o assunto.*” Mas sem experiência, procurou ajuda. Havia tempo em que ele insistia com a Madre Cândida para que fechasse o Patronato, e que as capuchinhas iniciassem outro tipo de trabalho apostólico. Teve sorte, pois no ano de 1979 as Superiores da Irmandade resolveram renovar a Congregação, abandonando as obras tradicionais e abrindo pequenas fraternidades. As irmãs estavam em Fortaleza fazendo o retiro anual, a partir daí as missionárias pediram para vir para Morros. (ROCHA, 2011, p.104).

O padre Luigi Muraro, ao iniciar seu trabalho pastoral de evangelizar a partir da realidade social então vivida pela comunidade católica morruense, estava pondo em prática as proposições feitas pelo Concílio Vaticano II, de tornar o leigo sujeito da ação evangelizadora da Igreja, e que foi seguida pelas Conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), a *opção preferencial pelos pobres*. Os lavradores morruenses, que naquele período enfrentavam os problemas de grilagem da terra, e que como consequência, os mesmos eram acometidos pela baixa autoestima coletiva. Este era o cenário, com o qual o padre Luigi Muraro se deparou, estava ali à oportunidade de ser colocada em prática a opção preferencial pelos pobres, pela Igreja Católica em Morros. Pois, os lavradores se enquadravam na condição de pobres, melhor compreendida a partir de Puebla (1979), que assim definiu o que é ser pobre na América Latina.

O documento usa o termo “pobre” no sentido bíblico de *anawin*: o curvado, o oprimido. O termo tem, na Bíblia, uma conotação político-social. Designa o escravo, o estrangeiro, o perseguido, o cativo. Não se trata, pois, do simples necessitado, mas a classe social explorada, a raça marginalizada, o grupo oprimido. Os números 31 a 49 do documento fazem um elenco dos pobres da América Latina: indígenas e afro-americanos, camponeses sem terra, operários, desempregados e subempregados, marginalizados e aglomerados urbanos, jovens

frustrados socialmente e desorientados, crianças golpeadas pela pobreza, menores abandonados e carentes, a mulher. Em outros textos, o documento se refere ainda aos migrantes e às prostitutas. (CELAM, 2009, p. 59).

A primeira linha de atuação deste trabalho de organização das CEBs se deu a partir das Assembleias Paroquiais, que tinham como objetivo a formação de lideranças, para essas comunidades, era o leigo engajado assumindo papel de destaque na estrutura paroquial e contribuindo com o trabalho missionário de evangelizar o povo de Deus. Assim foi-se invertendo a atitude do lavrador em Morros, de um ser que andava cabisbaixo, com vergonha de sua posição social, foi se convertendo em um ser cada vez mais consciente de seu papel na sociedade morruense, foi o primeiro passo para a cidadania. “(...) *era a valorização do que, na metodologia pastoral, definimos como sendo o “marco referencial da realidade”, primeiro passo que precede o discernimento evangélico e ético e nos orienta para a ação de evangelização e transformação social.*” (LAZZARIN, 2009, p. 05). Estas assembleias foram organizadas pelo Padre Luigi Muraro, e eram as Irmãs Capuchinhas quem coordenavam esses encontros, aonde vinham os lavradores dos quatro municípios que compunham a Paróquia Nossa Senhora Aparecida do Munim (Axixá, Icatu, Presidente Juscelino e Morros), esta paróquia tinha o Município de Morros como sede e geralmente era onde essas assembleias aconteciam. Após a formação das lideranças, cabia a cada uma delas o papel de serem animadores de suas respectivas comunidades, para que as mesmas comessem a se organizar, como o espaço da transformação das condições sociais em que se encontravam.

Depois o próximo passo foi dar novo fôlego ao movimento sindical, através da revitalização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morros, onde essas lideranças formadas para as CEBs passaram a atuar efetivamente, lutando para ter a posse da terra, como instrumento de manutenção do bem mais precioso à própria vida, e assim começou a atuação política das lideranças dessas comunidades. As Assembleias Paroquiais foram essenciais para a implantação das CEBs, como avalia o próprio padre Luigi Muraro.

E assim começou aquela comunidade que foi determinante não somente na paróquia, mas também na vida política morruense. Começaram as grandes Assembleias Paroquiais; primeiramente como cinquenta, setenta pessoas; depois com centenas. Acho que chegamos até 400! E assim se multiplicavam as Comunidades dos quatro municípios da Paróquia. Em

Morros eram mais de setenta. Toda assistência era dada pelas Irmãs. (ROCHA, 2011, p. 104).

Após a organização das CEBs, e a formação de lideranças para estas comunidades e também para o movimento sindical, havia a necessidade das comunidades se organizarem também como um movimento político, era do entendimento de todos, que para se mudar o panorama social morruense, era preciso chegar ao poder político, pois era a partir dali que as mudanças almeçadas emanariam, contemplando a todos, principalmente os lavradores, classe até então marginalizada. E essa libertação integral do povo de Morros, viria a partir da tomada do poder político, até então nas mãos da família Lopes.

A organização dos pequenos e oprimidos foi fundamental para que a política morruense tomasse novos rumos. Este processo conduzido pela Igreja tornou-se um movimento religioso de caráter sociopolítico, onde se percebe a grande influência da Teologia da Libertação, linha teológica que surgiu na América Latina na década de 1960 contemporânea, portanto, às grandes mudanças ocorridas na espinha dorsal da Igreja a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965). Mas que misturava a esses novos ventos soprados de Roma com o ideal Marxista, que defende a organização das classes oprimidas e as conchama a fazer as transformações desejadas, a partir da tomada do poder político, ou seja, a Teologia da Libertação propôs uma nova maneira de por em prática a opção preferencial pelos pobres.

Os militantes cristãos engajados politicamente como sujeitos da libertação e do discurso libertador. Nesta corrente, cuja proposta teológico-política é claramente maximalista, utópica e revolucionária, o sujeito preferencial do discurso é o grupo de militantes comprometido com a mudança qualitativa da sociedade, integrando elementos da tradição utópica do cristianismo com motivos da tradição marxista e mesmo leninista, como filosofia política de conquista do poder, em nome do povo, para poder construir um modelo socialista de sociedade. (PASTOR S.J, 1994, p. 281).

Um lavrador chega ao poder com as bênçãos da Igreja e pelos votos do povo.

O cenário político do município de Morros, após os anos 80 foram fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base, de onde surgiram grande parte de suas lideranças políticas. A primeira grande liderança política morruense gerada pelas CEBs foi o lavrador José Santana Rodrigues, um líder sindical que por três mandatos esteve à frente

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morros, com o apoio de seus companheiros, os outros dirigentes de comunidade enfrentaram grandes desafios, lutando contra a grilagem de terras na zona rural do município.

Pois nascido no povoado Contrato, José Santana Rodrigues foi um trabalhador rural que em determinado período de sua vida teve como missão, defender por três mandatos sucessivos, a categoria de que também fazia parte à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Morros. Portanto um de seus maiores desafios foi juntamente com o apoio das CEBs, liderar o enfrentamento a Lázaro Ducange para a desapropriação da área de terra grilada, hoje conhecida como “Projeto de Assentamento Rio Pirangi.” (ROCHA, 2011, p. 81)

O Lázaro Ducange apareceu em Morros provavelmente entre 1982-83, para tomar posse 32.671 hectares de terra, que segundo uma das lideranças desse movimento Ildemar Matos, atualmente vice-prefeito de Morros, o mesmo havia comprado de Ribamar Lopes. E pretendia investir em agronegócio naquela região, a implantação desse projeto culminaria na expulsão de 600 famílias, que habitavam a área naquele período. Foi justamente este conflito agrário que deu visibilidade política a Santana Rodrigues, na época presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e que teve uma ação decisiva em defesa dos lavradores, disponibilizando assessoramento jurídico, pois disponibilizou o advogado do sindicato José Ribamar Castro para mover na época uma ação de uso capião em favor dos lavradores, e desta forma se obter a posse definitiva da área que estava sendo grilada. E junto com o Padre Luiggi Muraro buscou o apoio de entidades como a Caritas e Comissão Pastoral da Terra. Essa luta como lembra Ildemar Matos somente foi vencida 10 anos depois pela desapropriação dessa área dando assim origem ao Projeto de Assentamento Rio Pirangi.

A atuação como líder sindical de Santana o gabaritou para a ocupação de cargos políticos, pois o mesmo foi eleito para um mandato de vereador e posteriormente para um mandato de prefeito, no decorrer da década de 1980, sempre contando com o apoio incondicional das CEBs. *“Foi através do movimento sindical que Santana conseguiu alcançar um mandato de vereador em 1982 para o período de seis anos. E consecutivamente a eleição ao cargo de prefeito para o período de 1989 a 1992”.* (ROCHA, 2011, p. 81).

Após a organização das Comunidades Eclesiais de Bases, e a formação de suas lideranças para o serviço religioso e movimento sindical, foi entendido que estava na hora de se buscar meios de se fazer as reformas na estrutura política e social do município de Morros. E elas viriam da participação nas eleições, pois através da ocupação dos cargos políticos, já que a partir deles se poderia garantir aos morruenses, principalmente da zona rural, o acesso a direitos básicos como: educação, saúde e terra para que os lavradores pudessem garantir o sustento de suas famílias. Para se chegar a todas estas conquistas, não bastava apenas rezar, mas era necessário primeiro derrotar os opressores em seu campo de atuação, a política. Como podemos observar nas palavras do Padre Luiggi Muraro.

Em 1985, me parece, recebi como presente um livro [...] sobre Comunidades de Base. Este insistia que para a mudança da sociedade não é suficiente rezar, fazer protestos e abaixo assinados, mas é necessário entrar nas entranhas da estrutura social, se apoderar do comando. Comecei a apresentar esta ideia as Irmãs: elas resistiram primeiramente, porque achavam que ainda não tinha chegado à hora. O meu projeto era claro: precisava entrar na política, e para isso fundar partido de oposição e participar das eleições. Em 1986 elegemos deputados, [...] foi assim que nas eleições sucessivas entramos com prefeito (Santana) e vereadores. Ganhamos tudo. (ROCHA, 2011, p.105)

Em 1988 as CEBs apresentaram José Santana Rodrigues como candidato a prefeito de Morros, liderando a “Aliança Libertadora Morruense”, uma aliança política formada entre os partidos PDT (Partido Democrático Trabalhista), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PSD (Partido Social Democrático), onde os dois primeiros eram os partidos de esquerda, que abrigavam as lideranças das CEBs, e o último era representante de parte da Oligarquia, que naquele momento estava dividida devido às disputas internas entre os irmãos Ribamar e Bernardo Lopes, tendo em vista este desejava assumir o controle político da família, mas Ribamar era o prefeito e não aceitava assim que seu irmão assumisse a liderança da família. Como consequência dessa disputa foi o apoio político dado por Bernardo Lopes à candidatura de Santana, inclusive lhe indicando o vice, Wilson Gonçalves.

E em 15 de novembro de 1988, José Santana Rodrigues foi eleito prefeito de Morros, por uma grande aliança entre o movimento político e popular das CEBs e uma parte da Oligarquia que tanto se sonhava derrotar.

Eleito em 15 de novembro de 1988 por uma Coligação um tanto quanto contraditória para os princípios ideológicos da época, a aliança formalizada entre o Partido Trabalhista Brasileiro PDT; Partido Socialista

Brasileiro PSB e o Partido Democrático Social PSD, que eram forças políticas de natureza completamente distintas e por muitas vezes rivais. Pois, se de um lado o PSB e o PDT representavam os movimentos sociais organizados através das Comunidades Eclesiais de Bases juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por outro lado o PSD representava uma banda da oligarquia local através da figura mitológica de Bernardo Lopes, que trazia assim para o seio da candidatura de Santana um percentual considerável de eleitores. (ROCHA, 2011, p. 79)

Alguns consideram esse apoio de Bernardo Lopes como fator decisivo para o êxito nas urnas, mas por outro lado pode-se afirmar que na realidade houve por parte dele uma atitude oportunista, tendo em vista que o mesmo observou na candidatura de Santana e na organização social das Comunidades Eclesiais de Bases a chance de derrotar o seu irmão, e assim voltar ao poder. Pois se as CEBs não estivessem organizadas e determinadas a eleger Santana prefeito de Morros, ele jamais teria sido eleito, pois apenas o apoio de Bernardo Lopes teria levado sua candidatura ao fracasso nas urnas. Tanto que o próprio Santana atribuía a sua eleição ao apoio das CEBs e se considerava o candidato da Igreja Católica.

A respeito da candidatura de Santana registram-se aqui, trechos do seu próprio depoimento transcrito do Jornal “O Governo” (julho de 1989, p.05) trazendo a seguinte afirmação: A Igreja me apoiou, inclusive a minha candidatura eu posso dizer assim, ela surgiu quase da Igreja, pois ela promoveu um trabalho de conscientização junto ao povo do interior do município, através das Comunidades Eclesiais de Base, isso na promoção de reuniões nos povoados do interior [...] daí então a Igreja com os lavradores deliberaram apoiar um candidato a prefeito vinculado a classe trabalhadora rural e como na época [...] havia feito um bom trabalho em favor da classe; recaiu a escolha em minha pessoa [...] graças a Deus, representado pela Igreja e pelo povão, fui eleito e aqui estou na luta administrativa, pela moralização dos costumes, contra a corrupção até então reinante e com o firme propósito de não decepcionar aqueles que em mim confiaram. (ROCHA, 2011, p. 79-80).

Após a eleição de Santana, as tão sonhadas mudanças não chegaram a acontecer, pois ele foi assassinado em 31 de janeiro de 1990, ao completar um ano de gestão. Até hoje a sua morte não foi elucidada, e ninguém foi punido.

Mas o que deve ser levado em consideração é o fato de que a partir da organização de uma classe oprimida os lavradores morruenses, fomentada pela atuação missionária do Padre Luiggi Muraro e das Irmãs Capuchinhas, a Igreja Católica conduziu a grande reforma política já realizada em terras morruenses. Provando assim que quando o povo se organiza e vai a luta é possível atingir seus objetivos.

Morros a partir da formação das Comunidades Eclesiais de Bases e de sua atuação no fornecimento de lideranças políticas de oposição à Oligarquia Lopes, chegou-se em fim a alternância do poder político, o que tem favorecido a conquista de alguns avanços, principalmente na educação, saúde e também a conquista de melhorias na infraestrutura do município favorecendo melhorias na vida das comunidades. Mas é preciso ficar alerta para que as Comunidades Eclesiais de Bases não percam a sua importância na história política do povo morruense, e que principalmente não se transforme em um movimento caricato, pois é preciso se fazer memória a este movimento que criou um novo jeito de ser Igreja e reinventou a maneira de se fazer política em Morros, conduzindo um lavrador ao poder.

Referências Bibliográficas

CELAN. **Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** – São Paulo: Paulinas, 1998.

CELAN. **Conclusões da Conferência de Puebla: evangelização no presente e no futuro da América Latina.** São Paulo: Paulinas, 2009.

CNBB. **As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil: 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente.** São Paulo: Paulinas, 1986.

LAZZARIN, Flávio. Apresentação. In: CARNEIRO, Marcelo Sampaio; COSTA, Wagner Cabral da (org.). **A terceira margem do rio.** São Luís: Edufma/Instituto Ekos, 2009.

PASTOR S.J, Félix Alexandre. Libertação & Solidariedade. Considerações teológicas sobre o futuro da Opção Eclesial pelos Pobres. In: BINGEMER, Maria Clara L; IVERN S.J. (org.). **Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação.** São Paulo: Loyola, 1994.

ROCHA, Francisco Rogério Araújo. **Morros: história e memória de um povo.** Morros (MA): Gráfica Santa Clara, 2011.